PLÍNIO SALGADO

O CONCEITO CRISTÃO DA DEMOCRACIA

EDIÇÕES ESTUDOS

O conceito cristão da democracia

À

Imaculada Conceição

em cujo glorioso dia realizei esta conferência,

comovidamente

O. D. e C.

Esta é a conferência que realizei em Coimbra a 8 de dezembro de 1944, a convite do « Centro Académico de Democracia Cristã ».

As palavras iniciais foram de homenagem à Imaculada Conceição cuja festa ocorre naquela data. Proferidas de improviso, baldado seria tentar reconstituí-las fora do ambiente que as inspirou. Para substituí-las, inscrevo, na primeira página deste livro, fervorosa dedicatória à excelsa Padroeira de Portugal e do Brasil.

*

Não são novas as idéias nucleares da conferência, nem constitue novidade o serem expendidas por mim: encontram-se, no desenvolvimento do tema, as mesmas convicções que, durante quinze anos de vida pública, orientam as diretrizes dos meus escritos no que concerne

aos limites e relações entre os conceitos de « autoridade » e « liberdade », limites cujos lineamentos configuram a verdadeira Democracia Cristã.

*

Essa Democracia, a única exequível, vivifica a liberdade dos homens e a autoridade do Estado, fazendo a primeira fundamento da segunda e a segunda condição da primeira. Sua base está em Deus e sua inspiração nos ensinamentos do Evangelho.

O mundo, cheio de orgulho, não tem querido aceitar nem aquela base, nem estes ensinamentos e, por isso, engendra a autoridade que asfixia a liberdade e a liberdade que decompõe a autoridade, ambas tateando à procura de insensatas quiméras e imersas nas trevas que não compreenderam, mas rejeitaram a verdadeira Luz.

*

É natural, portanto, que a Igreja (como o próprio divino Fundador que representa) seja atacada e caluniada tanto pelos adeptos da autoridade sem limites como pelos sectários da liberdade sem freios. Os dois extremos estão sempre dispostos a sacrificar aquilo que mais importa ao Homem conservar intangível: a dignidade da sua pessôa segundo os fins preestabelecidos pelo Creador.

*

Sustentar essa dignidade do Homem em face de tudo o que contra ela se levanta é a posição difícil, mas gloriosa, do cristão, no meio das idolatrias do mundo.

Não podendo ou não querendo, em certas circunstâncias, atacar frontalmente o princípio espiritual em

que assenta aquela atitude, o espírito das trevas serve-se de sofismas, de deturpações, de enganos e de intrigas, acusando os que pretende destruir de adeptos das mesmas doutrinas que combatem.

Foi assim, outr'ora, o próprio Jesus apontado como pactuante com Belzebú (S. Marcos, Cap. 3, vs. 22; S. Lucas, Cap. 2, vs. 15) e se isso aconteceu ao Divino Mestre, o que podem esperar aqueles que se colocarem equidistantes de todos os erros, para sustentar uma orientação que a esses erros opõe os direitos e responsabilidades humanas perante Deus e segundo a palavra do Cristo?

*

Mas, por isso mesmo, é bela, é heroica, a posição cristã corajosamente enfrentando os dois excessos: o da autoridade sem limitações dos Cezares, tanto da direita como da esquerda, e o da liberdade, também

sem limitações das massas, que conduz os povos àqueles extremos.

Posição nítida, firme, inconfundível.

*

Tais, em resumo, as linhas mestras do pensamento que sirvo há longos anos. Resumindo-o nesta síntese expositiva, a convite do C. A. D. C., eu o deponho, em humilde ofertório, aos pés de Aquela que tem sido e continuará a ser a inspiradora da juventude de duas Pátrias irmãs.

Lisboa, Páscoa de 1945.

PLÍNIO SALGADO.

« Como antitese dêste quadro do ideal democrático de liberdade e igualdade em um povo governado por mãos honestas e providas, que espectáculo apresenta um Estado democrático deixado ao arbitrio da massa! A liberdade moral da pessôa se transforma em pretensão tirânica de desafogar livremente os impulsos e apetites humanos, com dano para os demais; a igualdade degenera em nivelação mecânica, em uniformidade monócrona. O sentimento da verdadeira honra, a actividade pessoal, o respeito pela tradição, a dignidade, em uma palavra, tudo o que dá à vida seu valor, pouco a pouco se funde e desaparece, e unicamente sobrevivem, por uma parte, vítimas enganadas pela fascinação aparatosa da democracia (fascinação que se confunde ingenuamente com o espirito mesmo da democracia, com a liberdade e a igualdade) e, por outra parte, exploradores, mais ou menos numerosos, que souberam, mediante a força do dinheiro ou da organização, assegurar para si próprios, sobre os demais, uma posição privilegiada e ainda o mesmo Poder ».

(Da Mensagem que S. S. o Papa Pio XII dirigiu ao mundo na festa do Natal de 1944 — trad. de « Ecclesia », de 6 de janeiro de 1945).

« E uma vez assente que aquela ordem absoluta, à luz da sã razão e especialmente à luz da fé cristã, não póde ter outra origem senão um Deus pessoal, Creador nosso, segue-se que a dignidade do homem é a dignidade da imagem de Deus; a dignidade do Estado é a dignidade de uma comunidade moral que Deus quiz e que a dignidade da autoridade politica é a dignidade de sua participação na autoridade de Deus. Nenhuma forma de Estado póde deixar de ter em conta esta conexão intima e indissoluvel, e muito menos a democracia ».

(Idem, idem).

« Como poderá, pois, acusar-se de falência o Cristianismo, se os seus valores sociais são postergados? Não é, antes, da sua ausência que sofre e morre a civilização moderna? A Europa quis desconhecer, senão expulsar, Cristo da organização da vida social — e ei-la que oscila entre a anarquia e a tirania.

Bancarrota cristã? Não! Bancarrota da falta de Cristianismo! »

(Da « Mensagem do Natal » de S. Eminência o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, em 1944).

I

Bases de uma Ordem Nova

O que estamos a assistir no mundo contemporâneo, sob a forma de complicados debates, é o choque de duas concepções do Universo e do Homem. Tôdas as dificuldades contrapostas ao entendimento entre os povos e à solução de seus problemas vitais decorrem da circunstância de se não querer confessar abertamente qual das duas concepções é tomada como base da nova ordem que se pretende instaurar. Temos chegado a uma crise suprema da qual só poderemos sair pela escolha definitiva de um dos dois conceitos — o materialista ou o espiritualista. De um como de outro decorrem tôdas as conseqüências de ordem social, económica e política, seja no ambiente nacional, seja no internacional.

* * *

As duas formas de interpretação do mundo vieram coexistindo através da História. Isolaram-se, por vezes e outras vezes contagiaram o campo adverso. A influência recíproca exerceu-se, entretanto, sem grandes abalos, dada a morosidade dos meios de comunicação e o ritmo vagaroso do desenvolvimento económico e social dos povos.

Mas os progressos técnicos encurtaram as distâncias e tornaram o nosso planeta mais pequeno. As sociedades nacionais revestiram-se de caracteres uniformes, desde as condições do trabalho às aspirações do conforto e desde os usos e costumes aos mais insignificantes pormenores da habitação e do vestuário. A deslocação das correntes migratórias pôs em contacto directo raças que reciprocamente se ignoravam; os idiomas circularam como moedas; diluiram-se no cosmopolitismo os traços originais das regionalidades típicas; e as grandes metrópoles de arranha-céos

tornaram-se os centros convergentes e divergentes das massas internacionais. O europeu, o asiático, o africano, o americano verificaram serem os mesmos os problemas que a todos preocupam. Os jornais, os livros, o avião e o filme estabeleceram largo convívio humano e as potentes radio-emissoras violam as fronteiras das nações levando ao recesso dos lares as vozes complexas dos continentes.

Temos creado uma situação de unidade comocional e de identidade de interêsses que exige, como base à solução dos problemas particulares, a definição de um conceito geral de finalidade humana capaz de informar noções precisas de direitos e deveres individuais e nacionais.

É a base única sôbre a qual se pode erigir o edifício de uma ordem nova adequada às circunstâncias dos tempos modernos. Ou adoptamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz.

* * *

O agnosticismo foi o instrumento protelatório de que se utilizou o século XIX. Mas hoje não é possível a filosofia do adiamento. Não podemos mais dizer: «jantemos alegremente e amanhã trataremos dêste caso», porque durante a noite o sono da digestão será interrompido e ai daquêle que estiver dormindo sôbre o travesseiro das dilações!

Está posta a suprema questão da origem e da finalidade. Ela se apresenta tràgicamente, ao ribombar dos canhões e das bombas mortíferas. Não é lícito perder tempo nesse empirismo geral que sitúa cada problema segundo um critério particularista, sem correlação com os demais, sem uniformidade de método nem unidade de directrizes.

* * *

Estamos fartos de palavras estéreis. Ansiamos pelas palavras fortes, decisivas e fecundas. Palavras vivas para vivos. Palavras de luz crúa

na treva dos nossos dias, pois a desgraça dêstes tempos é o culto dos quebra-luzes, das lúas minguantes e das dubiedades crepusculares. É preferível nada ver do que ver a deformação enganosa, os aspectos esbatidos de um mundo cinzento, de sombras indecisas e fisionomias irreconhecíveis. Não mais nos poderemos também guiar servindo-nos dessas frases que já tiveram luz em outros tempos e são hoje como lâmpadas eléctricas fundidas: guardam a forma decorativa, mas não prestam para nada quando chega a noite, porque já não tomam contacto com a energia iluminante — em nosso caso, as fôrças da nossa angústia.

*
* *

O que desejamos é que nos digam claramente se havemos de assentar o mundo de amanhã numa concepção materialista ou espiritualista. Não pode haver cooperação nem transigência entre essas duas concepções. Se ambas calarem seus íntimos desígnios e se estenderem as mãos,

caíremos no terreno do inconfessável, do tortuoso, das dissimulações e das covardias em que perecerá o Espírito. E para nós, cristãos, o perecimento do Espírito é a ruína completa. Assim no-la ensinou o Mestre dizendo: « que vale ao homem ganhar o mundo todo, se perder a sua alma? » (1)

II
O mito científico

O materialismo concebe o Universo e o Homem sòmente segundo suas expressões físicas. Nega, ou não considera, a existência de Deus e a imortalidade da nossa alma. Assim compreendida, não resta à creatura humana senão um destino biológico, circunscrito ao âmbito da terra. É na terra que o Homem usufrúe todos os bens possíveis. Subordinado às leis da matéria, não poderá contra elas reagir e tudo quanto fizer para superar o determinismo a que está sujeito, será inútil e nocivo artifício.

Dessa forma o materialismo nega o livre-arbítrio e proclama a irresponsabilidade. Destroe a noção dos deveres sem erigir nítidos e inconfundíveis direitos, pois sendo o direito a cons-

ciência do justo e supondo a idéia do justo a preexistência do poder crítico e optativo, segue-se que a inibição dêsse poder tolhe a concepção das proporcionalidades e dos limites que estabelecem as regras das acções.

* * *

O materialismo para ser materialista tem de ser determinista. No Universo concebido pelo materialismo nenhuma intervenção é possível. Não interessa saber como e porque o mundo existe e nele se manifesta a vida e a consciência. A vida acaba com a morte, chave definitiva que nos tranca na treva do não-ser, fenómeno individual no desenvolvimento constante da Espécie (2).

Ora, se no Universo não há intervenção, regendo-se a matéria pelas leis que lhe são inerentes e que existem desde sempre, também o Homem não pode intervir no sentido de modificar os factos históricos, pois estes se conduzem pelo imprescritível curso do determinismo. Tôda a

acção do Homem só será exercida na direcção da grande corrente, aproveitando em seu favor o ritmo das leis que regem a matéria. Conhecer essas leis nos seus mais extremos pormenores é, para os materialistas, o caminho único da felicidade, conseguida pelo máximo aproveitamento dos recursos que facultam a satisfação dos prazeres, a plenitude euforica no Todo Universal.

* * *

O objectivo, portanto, do homem, sob o conceito materialista da existência, é realizar-se na expressão biológica mais completa, cuja medida lhe é dada pelos sentidos (3) cujo potencial deve ser tècnicamente dilatado como conseqüência do conhecimento científico. Dessa maneira, a ciência é erigida em mito, ou antes, para usarmos a terminologia dos nossos tempos, em tabú da civilização sem Deus.

O cientista é o sacerdote do novo culto — não tão novo que já não exercesse suas funções desde tempos remotos, nos mistérios orficos e pitagó-

ricos, nas comunidades secretas da antiguidade oriental. Do seu laboratório dimanam as regras morais, constantemente modificadas pela revisão incessante da interpretação da natureza, através das sucessivas descobertas e substituïção periódica de teorias superadas por outras teorias. Das suas pesquizas se origina a nova filosofia, essa filosofia que abdicou das suas prerogativas, abandonando a casa própria em que habitava para se fazer inquilina da ciência.

O mito científico renasce das antigas raizes gregas, florescendo com o naturalismo dos séculos XVII e XVIII, propagando-se pela acção dos enciclopedistas e estabelecendo-se definitivamente com o experimentalismo do século XIX cujos recursos técnicos vieram-se avolumando aceleradamente até aos nossos dias.

III
Essa palavra liberdade...

As conclusões da filosofia científica no campo social e político tiveram por base as leis físicas — com exclusão absoluta das leis do Espírito — exprimindo-se numa palavra que, por sua vez, se tornou tabú das revoluções e das lutas partidárias: a liberdade.

É curioso assinalar tão grande contradição. Pretendendo-se libertar o Homem das peias religiosas, nega-se a alma e conseqüentemente o livre-arbítrio; isenta-se a creatura humana da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face de um Deus; mas, proclamando-se a irremovibilidade dos impositivos da natureza, e lançando-se as bases de uma moral científica, subordina-se o Homem à escravidão do determinismo.

Antes, entre a virtude e o pecado, o Homem podia escolher livremente, e a isso chamavam escravidão; agora, o Homem deve conformar-se com a fatalidade das condições inerentes à sua estrutura física e aos desígnios da Espécie, e a isso chamam liberdade.

* * *

Liberdade dos instintos na configuração do «bom selvagem», do «homem natural» de Rousseau; liberdade de produção e de comércio, na doutrina dos fisiocratas e dos economistas manchestereanos; liberdade política na expressão do sufrágio e da «vontade geral»; liberdade religiosa, na amplitude desafogada do agnosticismo.

Mas a liberdade dos instintos origina o automatismo do hábito; a liberdade económica engendra um mecanicismo de conseqüências ruïnosas ao equilíbrio colectivo e portanto também ruïnosas ao indivíduo componente da colectividade; a liberdade política exige o poder dos

mais audazes (segundo os próprios impositivos da selecção biológica) e por conseguinte submete à escravidão a própria maioria dos tipos médios arrastados pelo fascínio das propagandas argentárias ou pelo terror das demagogias extremistas; a liberdade religiosa, se se baseia no desinterêsse por parte do Estado pelas questões da causalidade e da finalidade, constitue ela própria a negação das religiões, cuja influência no campo social é implicitamente repelida.

* * *

Vemos assim que tôdas as liberdades proclamadas pelo materialismo redundam em situações coercitivas e que o Homem-Livre é exactamente o Homem-Escravo.

« Somos livres » diziam os farizeus e saduceus a Jesus, mas o Mestre retrucava: « todo aquele que peca é escravo do pecado ». (4) E haverá maior pecado do que atentar contra as leis do Espírito, opondo-lhe as leis da matéria?

IV

Carácter fundamental do Evolucionismo

Como conseqüência dessa concepção da liberdade-escrava, o materialismo creou a filosofia do evolucionismo, fundamentada na teoria do mesmo nome. Sendo o materialismo essencialmente anti-revolucionário pelo facto de lhe repugnar a idéia da natureza agir aos saltos e por intervenção externa, êle baseou tôdas as leis morais na transformação evolutiva das expressões da matéria.

A construção que em tal sentido realizou Herbert Spencer constitue o maior dos monumentos da filosofia sem Deus, a assinalar o ápice da civilização burguesa anterior à primeira Grande Guerra. O poderoso sistematisador inglês levou para o quadro do positivismo determinista as conclusões do transformismo de

Darwin e Lamarck, lançando em lineamentos de vasta arquitectura a concepção do Universo e do Homem que mais caracteriza o estado de espírito dos primeiros triunfos práticos da época siderúrgica e do neo-mercantilismo imperialista do século XIX.

Se Darwin, por sua teoria da luta pela vida e selecção das espécies com sobrevivência dos adaptáveis, é o mais representativo dos cientistas anglo-saxões no período do franco desenvolvimento da concorrência comercial, conquista de espaços coloniais e de mercados consumidores, é Spencer o filósofo mais expressivo do pensamento geral do seu tempo em todos os países.

Êle supera os monistas alemães como Noiré, Hartmann e Haeckel, os quais se perdem em complicadas cogitações e audaciosas hipóteses, revelando, de certa maneira, uma inquietação que se pode dizer metafísica; êle é mais materialista do que Augusto Comte, pois enquanto o fundador do positivismo francês, *reconhecendo* um limite à investigação científica, deixa entrever um mundo inacessível ao nosso conheci-

mento, o fundador do positivismo inglês não reconhece tal limite, mas *estabelece-o* numa linha móvel, de acôrdo com o progresso e os recursos da ciência.

Tão segura fé nas possibilidades da investigação científica faz de Spencer um pensador tìpicamente dos nossos tempos. Revela, por outro lado, o senso prático dos britânicos, caráter fundamental de tôda a construção filosófica spencereana.

* * *

Considero o materialismo de Spencer o mais lógico dos materialismos, aquele que, por suas idéias baseadas na Evolução, contrapõe-se à arbitrariedade da Revolução que consubstancia a Idéia Pura.

Os monistas ressentem-se de certa influência de Shopenhauer, com raízes em Kant e provàvelmente em Spinoza e Leibnitz. Essas afinidades e parentescos deixam entrever espaços livres onde se possibiliza o culto da *vontade* e a independência da *acção*. Temos, pois, um materia-

lismo aproximado do idealismo e daí se explica a sua influência nas formas literárias da filosofia, exercendo fascínio sôbre as sensibilidades estéticas, ao passo que Spencer influe nos homens práticos: juristas, políticos e comerciantes.

É curioso assinalar como, tendo aparecido uma poesia monista, nunca se verificou a existência de uma poesia positivista que mereça o nome de poesia. No meu país, tivemos mesmo um poeta interessantíssimo, Augusto dos Anjos (5), que se distinguiu, principalmente, pelas tonalidades pessimistas à Shopenhauer, conjugadas ao monismo de Haeckel, e quanto a Graça Aranha revela forte influência de Hartmann principalmente nos seus últimos livros « Estetica da Vida », « Espirito moderno » e « Viagem maravilhosa ».

* * *

A filosofia de Spencer é o materialismo de senso prático, o materialismo bem comportado, inimigo de distúrbios à moda de Nietzsche; de ligações suspeitas com idealistas à maneira de

Fuerbach e Marx; ou de relações com sentimentalismos místicos, à feição de Augusto Comte. É um materialismo circunspecto, para leitores do *Times,* objectivos, comedidos, que dividem as suas actividades metòdicamente entre a City e o Club, a sobriedade confortável do *home* e os exercícios higiénicos do *golf.* A desordem mental não era aconselhável numa época de actividades práticas como o fim do século XIX, quando se abria o canal de Suez, conquistava-se a África do Sul, resolvia-se o problema dos Estreitos e do equilíbrio europeu e alargavam-se os mercados à absorpção das manufacturas.

Ofereceu Spencer ao seu país e a todos os povos uma « organização » universal, admirável de senso prático e funcionando como um relógio. Tinha a vantagem de ser uma « organização » genuinamente britânica, pois os materiais vinham do indutivismo de Bacon, do empirismo de Locke (e também de Hobbes) e, o que é mais relevante, do fenomenismo de David Hume. Se dêsses filósofos procederam os métodos de interpre-

tação cosmológica, trouxe Darwin — também inglês — a contribuïção de sua experiência de naturalista viajante, com a teoria da transformação das Espécies. Pôde Spencer, por essa forma, dar fundamento científico ao seu sistema, consagrando, na volumosa obra, o utilitarismo de Bentham, de Austin, de James e Stuart Mill, em bases definitivas (6). E foi assim, realizando obra de carácter anglo-saxão, que Spencer realizou obra de carácter universal, pois a Grã-Bretanha parlamentarista e livre-cambista do seu tempo constituia o mais legítimo padrão da fisionomia intelectual do século.

O evolucionismo transformista e determinista, embora seja forma de mentalidade britânica, mesmo antes de Spencer e de Darwin, constituiu doutrina adequada ao desenvolvimento industrial dos povos favorecidos por circunstâncias económicas garantidoras de predomínio sobre as demais nações da terra. O racismo alemão, o pragmatismo americano e, de certa forma, o pan-slavismo russo e o expansionismo japonez são expressões de pensamentos intima-

mente ligados ao que, defluindo de filosofos anteriores, vem ordenar-se no sistema spencereano.

Sendo o conceito evolucionista contrário ao revolucionarismo, nada melhor do que êsse conceito como instrumento de pacificação dos povos coloniais e dos povos consumidores de manufacturas. Por outro lado, a selecção das espécies e a sobrevivência dos mais capazes explica e justifica o predomínio das grandes potências marítimas e militares e o humanitarismo dos sistemas civilizadores aplicados às raças ainda em estado de barbaria. Finalmente, a teoria do *struggle for life,* vem fortalecer a política do livre-cambismo e do « laisser-faire » preconizada por Adão Smith e que tão querida fizera a escola manchestereana nos meios industriais, a braços (mesmo fora da Inglaterra) com as duas dificuldades que a economia mercantilista e as tradições do artezanato creavam às novas condições da produção e do consumo das mercadorias: — as taxas alfandegárias proteccionistas e o preço da mão de obra.

Evidentemente não foi a filosofia spencereana a responsável pelos êxitos da burguesia, que substituíu a aristocracia rural, a militar e a eclesiástica no govêrno das Nações, nem tão pouco pelo enriquecimento de uns povos em prejuizo de outros. As condições para essa mudança de logares já vinham sendo criadas pelos progressos técnicos desde o século XVIII e sobretudo desde a utilização da hulha na fundição do ferrro. Também as ideias gerais do naturalismo filosófico e da moral utilitarista, vinham de longe; mas foi Spencer o grande sintetisador e o mais completo sistematizador de um estado de consciência e de formas mentais bem caracterizadas da civilização industrial em franco florescimento.

V

Espelho da civilização burguesa

O mundo actual, êsse mundo que se extingue anunciando e prometendo outro menos cruel e menos trágico, é o mundo opulento da civilização burguesa, que deu livre curso às idéias de Bentham, de James e de Stuart Mill, à teoria de Darwin, ao individualismo liberalista de Adam Smith, idéias cuja raiz principal vem de David Hume.

Tôdas essas idéias, e as dos Enciclopedistas, e as dos pensadores alemães e norte-americanos, que são, mais ou menos, as mesmas, compendiou-as Spencer.

Como um espelho, êle reflecte a fisionomia geral do espírito contemporâneo. É o materialismo que não faz alarde, não desfralda ostensivamente bandeiras ateístas (7) não pro-

move distúrbios, não exerce perseguições e prefere passar despercebido.

* * *

É o verdadeiro materialismo. O que vai matando subtilmente a nossa crença religiosa, por meio dos resultados sociais que provoca. Mata-a porque não lhe oferece luta aberta; limita-se a criar condições económicas, educacionais e políticas dentro de cujas tramas somos penetrados pela moral utilitária, pelo conformismo inerente à mecânica determinista da evolução e pela transigência — tão de acordo com as leis da adaptação! — em face do « quotidiano » irremovível.

Deixa-nos passar, deixa-nos fazer, e essa falta de luta é morte do nosso Espírito. Nossa religiosidade mecaniza-se, perde o seu conteúdo. A fôrça do hábito leva-nos à adesão, inconsciente no começo, e depois plenamente decidida, aos costumes gerais.

O inimigo tolera-nos; é a sua maneira mais eficiente de aniquilar-nos.

VI
O materialismo negativista

Existe, entretanto, um materialismo agressivo. É o materialismo que nega abertamente a Deus e ao Espírito. O materialismo que toma conhecimento da origem e da finalidade para exclamar: não!

É o materialismo que estabeleceu contacto com o idealismo, ultrapassando os limites da experiência aplicada aos factos concretos, para considerar as leis reguladoras de um mundo à parte, o mundo do pensamento, tomado como realidade e causa eficiente das transformações sociais. É a filosofia da acção que encontramos em Nietzsche e Marx.

Em trabalho anterior a êste (*A Aliança do Sim e do Não*) mostrámos a identidade de fins dessas duas formas do pensamento contem-

porâneo aparentemente opostas. Apreciemos agora o sentido mais profundo dessas duas atitudes de negação do espiritualismo e verificaremos como elas nos fornecem, pelas suas contradições, valiosos elementos fortalecedores da nossa fé num Deus pessoal e na Alma imortal.

* * *

O materialismo de Nietzsche, através de Max Stirner, entronca-se no idealismo de Hegel, da mesma maneira como, através de Fuerbach, Marx se radica na mesma origem filosófica. O utilitarismo de Bentham e de Mill, o positivismo de Comte e o de Spencer exprimem, de certa forma, a resignação do Homem em face de dois imperativos: 1.º — o limite à capacidade investigadora da inteligência e 2.º — a impossibilidade da intervenção humana na marcha da evolução natural, desde que essa intervenção pretenda contrariar o determinismo (Spencer) e a verificação experimental (Comte).

Tais concepções do Mundo e do Homem inibem, nos seus adeptos, os impulsos da acção revolucionária e criam no campo social e político a mentalidade dos reformistas cautelosos e morigerados, sem atitudes violentas ou rasgos heroicos. Mas a procedência de Hegel dá ao nietzschismo e ao marxismo um sentido altamente dinâmico. A essas duas correntes de agitadores modernos é justo acrescentarmos as doutrinas de Sorel.

* * *

Deriva Hegel do criticismo kantiano; Kant valoriza o « entendimento » considerando-o realidade tão real como a do mundo objectivo. É a atitude oposta ao ceticismo de Hume, fonte mais próxima do materialismo dos séculos XVIII e XIX. Da monumental sistematização do filósofo de Koenigsberg deduz Hegel as conseqüências engendrando leis segundo as quais o mundo das ideias opera os seus movimentos. Ultrapassa Fichte e Schelling, proclamando a *ideia pura* como fonte genetriz que precede o ser, que

suscita as formas e impulsiona os movimentos universais.

O individualismo anárquico de Stirner é a fusão das concepções de Rousseau e do radicalismo de Proudhon, animada pelo idealismo hegeleano; Nietzsche deriva dessa corrente, enriquecendo-se com a teoria darwiniana da selecção das espécies à qual acrescenta a doutrina das desigualdades raciais então postas em curso por Gumplowicz e Ratzenhofer.

A acção do Super-Homem, apice dos aglomerados étnicos mais fortes, é uma acção que pressupõe formas ideais futuras da Humanidade e da Personalidade, por conseguinte a prevalência do *mundo do pensamento* sôbre o mundo das realidades concretas, únicas formas estas consideradas pelo positivismo e pelo evolucionismo.

Negando a Deus e repudiando as religiões, especialmente o Cristianismo, Nietzsche contradiz-se porque antepõe, ao mundo prosaico das mediocridades positivistas e agnósticas, um mundo de Poesia, como realidades ideais que se antecipam às representações objectivas.

*
* *

A mesma atitude assume Karl Marx. Não possue êle a centelha poética de Nietzsche nem se perde nas elocubrações delirantes e divagações fascinadoras do autor de Zaratustra. Possue Marx uma mentalidade prática. Essa forma de inteligência aliada ao messianismo típico da sua raça concebe o plano universal da revolução socialista, baseada na concepção do materialismo histórico.

Pela clarividência em assuntos económicos, que distingue os israelitas, Marx percebe nitidamente as conseqüências da evolução do « capital » desde que predomine no mundo o liberalismo económico. Basta que o Poder Público, liberto dos deveres que o espiritualismo impõe, cruze os braços em face da concorrência, e o capital irá se concentrando nas mãos de poucos (8); depois, entre êsses poucos se fará a luta, com a crescente proletarização dos menos aptos e o isolamento do menor número dos detentores dos

meios de produção e seu conseqüente enfraquecimento diante do volume da massa obreira; finalmente esta se apoderará dos meios de produção; a essa altura se instaurará o Estado socialista, uma espécie de tecnicocracia, dirigindo a grande massa dos trabalhadores constituída por indivíduos sem família, sem pátria e sem Deus, exactamente como os vem plasmando o próprio capitalismo, através da moral utilitária e da concepção materialista da existência.

A fonte mais evidente de Marx é Hume, conquanto êle esteja fortemente impregnado pelo materialismo francês. Os seus mestres principais são os utilitaristas ingleses e os lideres da economia clássica Adam Smith e Ricardo. O seu inspirador mais directo é o mesmo de Spencer: Darwin. Mas com semelhante cabedal, Marx não poderá acelerar a transformação social como pretende. O materialismo evolucionista segue um processo lento. Além disso, o materialismo é agnóstico e não poderá crear, portanto, a sua mística, e sem mística não há movimentos da massa. Encontra Marx em Fuerbach a solução

do problema. Às teorias do evolucionismo e do monismo, Fuerbach aliara a dialéctica hegeleana e é nessa dialéctica que Marx descobre o dínamo propulsor da revolução socialista.

Do idealismo germânico que, desde Kant a Hegel, proclama o poder autónomo do Pensamento e explica o mecanismo das suas representações subjectivas e objectivas, tira Marx a autoridade que jamais teria nos domínios do positivismo experimental — a de tomar conhecimento da origem e da finalidade do Universo e do Homem, assumindo uma atitude definida: a atitude da negação.

VII

O idealismo: fonte do materialismo dogmático

Fuerbach mostra «que tôdas as nossas idéias sôbre Deus, os diferentes sistemas religiosos, compreendido o Cristianismo, são produtos do homem mesmo»; «que a lei suprema para o mundo não é a lei de Deus, mas o bem do Homem e êsse bem só se realiza na terra». Estas palavras não são originais; encontram-se no utilitarismo e no cepticismo, se bem que sob uma forma agnóstica. O próprio Adão Smith, conquanto fale religiosamente das harmonias da lei de Deus, ensina os homens a procurarem, sujeitando-se à Natureza, a felicidade na terra.

* * *

Àquela filosofia e a êste critério prático, Fuerbach e em seguida Marx acrescentaram a

negação de Deus e da Alma de um modo absoluto. Foi a influência do idealismo de Hegel e do próprio criticismo de Kant. Não importa que Kant haja dito não haver meios de demonstrar a existência ou a inexistência de Deus; basta o enunciado dessa proposição que por si mesma constitue uma afirmação (a afirmação da impossibilidade) para nos revelar alguma cousa separada do simples exercício dos sentidos na prática experimental.

Deduziu Hegel dessa atitude do pensamento o seu audacioso idealismo e foi do conceito da idéia como geradora dos factos que Fuerbach e Marx tiraram o dogmatismo materialista. Adoptaram o que poderemos denominar « materialismo metafísico », isto é, a consideração do sobrenatural, que não póde ser negado sem que, primeiro, seja considerado.

*
* *

Do mesmo modo que Nietzsche, criador de formas ideais de uma sociedade e de um homem futuros, Marx também nos fornece as armas con-

tra si mesmo. « Como afirmar ou negar qualquer cousa » — escreve o grande filósofo brasileiro Farias Brito — « sem reconhecer-se a si próprio como espírito, aquêle que nega ou afirma, uma vez que só um espírito, isto é uma consciência, pode afirmar ou negar? » Mas as classes a que Marx se dirige não toleram atitudes intermediárias: são os atormentados da classe média: burocratas, contramestres, pequenos negociantes a retalho...

VIII

A Inteligência-Vontade

Há outro aspecto a apreciar em Nietzsche, em Marx, em Sorel: é a intervenção do Homem como agente modificador dos fenómenos sociais. Se o Super-Homem de Nietzsche exprime uma vontade actuando soberanamente; se a luta de classe de Marx e o sindicalismo revolucionário de Sorel exprimem processos da inteligência no sentido de acelerar artificialmente a evolução e transformação dos quadros sociais, segue-se que no sistema do Universo é possivel a intervenção de um agente externo.

O verdadeiro materialismo nunca poderia promover uma revolução, porque seria pressupôr a possibilidade de alterações das leis do evolucionismo por meio de expedientes humanos. Constituindo o Universo, segundo confessam os evolucionistas, os monistas, os panteistas, os

positivistas, uma unidade regendo-se pela mesma lei, desde a matéria inerte às organizações superiores, como se explicaria que a inteligência humana pudesse intervir nos fenómenos modificando-os — pelo menos na fórmula rítmica do seu desenvolvimento — sem que houvesse no Universo (potencial infinito do nosso campo finito de acção) o correspondente da energia intelectiva humana relacionado com aquêle potencial infinito?

Se a « inteligência-vontade » humana existe em relação ao termo X representativo do seu âmbito de acção, porque motivo não existe uma Inteligência-Vontade proporcional ao termo N, representativo do Todo Universal? Ou Ela existe, ou há um desiquilíbrio onde tudo é equilíbrio e harmonia, conforme nos ensina a matemática e a ciência experimental (9).

A idéia, portanto, da acção autónoma do Super-Homem e a da luta de classe levam-nos a conceber no sistema do mundo aquela Inteligência-Vontade em acção, que o Evangelista denomina « o Verbo que era em princípio » e « sem o qual nada do que se fêz foi feito ».

IX
Revolução e livre-arbítrio

Resta ainda mais uma face digna de nota no materialismo-gnóstico-revolucionário: a sua confissão do livre-arbítrio.

O materialismo agnóstico é determinista. Afirmar o livre-arbítrio seria afirmar a existência da Alma. A liberdade dos ateus é a não resistência aos impositivos dos instintos, é o regresso ao homem natural segundo Rousseau, é o domínio do prazer segundo o epicurismo de Bentham e dos utilitaristas. Ora, tanto Nietzsche como Marx ensinam o contrário, o primeiro fazendo agir o Super-Homem e o segundo fazendo agir as massas e opondo à idéia da Evolução a idéia da Revolução. Por conseguinte, ambos são partidários do livre-arbítrio. Que outro nome podemos dar a uma doutrina como a de Nietzsche que diz: «Que é o bem? É tudo o que exalta

no Homem o sentimento do poder, a vontade do poder, o poder mesmo»? E como chamaremos a uma doutrina, como a marxista, que se intitula: «filosofia da acção»?

*
* *

Aceita a idéia do livre-arbítrio, teremos colocado o Homem fora do domínio em que se encontram as cousas e os factos e a sua própria base física, isto é, liberto de um mundo onde não existe capacidade de crítica ou de opção. É o reconhecimento do Homem-Integral, do Homem-Corpo-e-Espírito, com tôdas as prerrogativas que Deus lhe outorgou, entre as quais a liberdade, que é a que o torna mais semelhante ao seu Creador, pois lhe dá, de certa forma, o poder de crear alguma cousa.

*
* *

Eis porque considero o materialismo nietzscheano e o marxista menos perigosos do que

o agnosticismo, pois verdadeiro materialista não é o que nega, mas o que não afirma nem nega. Aquêle que nega persegue-nos, odeia-nos e mata o nosso corpo; mas aquêle que não nega nem afirma oferece-nos a paz e mata a nossa alma.

O materialismo negativista que se contradiz e que, negando, a si mesmo se nega; êsse materialismo feroz que incendeia igrejas, assassina sacerdotes, desmoraliza as famílias, destroe as estruturas da sociedade cristã, — êsse desperta em nosso espírito as fôrças heróicas. Como um vento, faz crepitar em labaredas as brazas da nossa fé.

X

Teoria e prática do neo-marxismo

O mais terrível, porém, de todos os perigos imediatos é o que se apresenta quando o materialismo dogmático afivela a máscara do materialismo agnóstico, baseando-se no que denomina « táctica da acção política ».

O marxismo revolucionário, desde o famoso manifesto de 1849, veiu passando por várias metamorfoses que, embora não lhe alterassem a essência doutrinária, enriqueceram-lhe a fisionomia, dando-lhe aquela mobilidade de aparências que sintetiza (como nenhuma outra forma de acção humana) a face multi-expressional do Espírito das Trevas. Abandonando a linha clássica do socialismo científico, os néo-marxistas estabeleceram métodos de acção prática inspi-

rados na teoria soreleana da violência e nos processos ardilosos de Maquiavel.

* * *

Podemos, assim, dividir, em três fases a acção do néo-marxismo: a da *preparação,* a da *execução* e a do *desenvolvimento* da sua idéia. A fase da *preparação* ou da dissimulação táctica, é um mixto de materialismo agnóstico e astúcia maquiavélica. A disseminação da indiferença religiosa em tôdas as categorias mentais das sociedades enfraquece as resistências nacionais e abre campo à repulsa dos deveres prefixados pela disciplina moral. A prática da astúcia tem por fim tranqüilizar os responsáveis pela ordem religiosa vigente (10) aparentando respeito pela liberdade de consciência e até mesmo pondo em relêvo falsas identidades de propósitos com as da doutrina religiosa. Utilizam-se, em espaços neutros, certos conceitos como a fraternidade, a justiça, a intangibilidade da pessoa humana, conceitos que perdem as colorações específicas de suas

procedências para servirem a manobras que contrariam a sua verdadeira, profunda e sagrada significação.

A fase da violência começa com o golpe técnico no momento psicológico preciso em que deve actuar o « interferente histórico ». Desde êsse instante, a idéia do socialismo materialista transfere-se do subjectivismo partidário à concretização objectiva do Estado e — ao ritmo do mecanismo hegeleano — reflue em conseqüências novamente subjectivas na massa popular. Finalmente, a fase do desenvolvimento atinge as formas consecutivas do socialismo científico.

Na fase, pois, da preparação psicológica indispensável à formação, a um tempo, da « consciência de classe » e do desarmamento dos espíritos capazes de reagir, a política do néo-marxismo, confunde-se com a do agnosticismo burguês. São os períodos da perturbação geral dos espíritos, que decompõem todo o aparelhamento de defesa das sociedades espiritualistas desprevenidas.

XI
O Estado totalitário nacionalista

Agravando a crise, actua um terceiro elemento de desordem: São certas formas de reacção contra o socialismo materialista internacional oposta por um socialismo materialista nacional.

O marxismo, como concepção da sociedade futura, pretende a subordinação completa do indivíduo à colectividade mundial. Objectivando essa forma totalitária universal, trata de destruir os meios de defesa da «pessoa humana», que são o *núcleo familiar*, o *grupo nacional* e o *clima religioso*.

Para isso, utiliza-se do próprio individualismo, arremetendo-o contra a estabilidade e indissolubilidade dos vínculos familiares, contra o conceito histórico tradicional-espiritualista e tôdas

as formas de organicidade e disciplina que são o fundamento da Pátria, e, acima de tudo, contra a crença numa vida futura e contra os deveres que dela decorrem.

Sendo o Homem e a Família fracos para reagirem sózinhos contra tão grande perigo, fazem-no através da Religião e da Nacionalidade. Do mesmo modo como buscam defesa espiritual na comunhão religiosa que os proclama intangíveis, também procuram os meios de defesa civil-temporal na comunidade política representada pelo Estado.

Se o Estado se inspira nos princípios religiosos e sabe distinguir os limites entre o poder de César e o poder de Deus, então a personalidade humana, com todos os seus atributos, prerogativas, deveres e justas aspirações encontrará nele garantias; se, ao contrário, o Estado se inspira nos interêsses da sua própria manutenção, como entidade viva, nesse caso, querendo se defender da pulverização colectivista do socialismo internacional, a personalidade humana sucumbe triturada por um socialismo nacional.

Querendo livrar-se de um Estado Totalitário destinado a absorver a Espécie Humana, cai na armadilha de um Estado Totalitário que se propõe absorver a Nação. O primeiro pretende reduzir tôda a Humanidade a massa amorfa, onde os direitos individuais se afogarão no oceano dos direitos colectivos, utopia que só favorece a uma reduzida casta dirigente. O segundo, identificando os conceitos de Nação e Estado e dando a êste configuração e exercício funcional de carácter biológico, fará desaparecer as marcas da personalidade dos súbditos, sempre que elas contrariem os carácteres expressivos da fisionomia estatal.

XII
Democracia "causa-efeito"

Não andarão menos errados aquêles que permitirem o uso de certas palavras e frases da moda, em acepções contrárias ao pensamento e ao sentimento do cristianismo. Há palavras de que se tem abusado e que havendo perdido tôda a significação em face de evidências históricas de nossos dias, servem apenas de máscara inexpressiva à efigie de um terrível futuro. Está nesse número a palavra *democracia*... (11)

Etmològicamente, significa govêrno do povo; do povo que, concebido como « massa », é entidade tão abstracta como o gigante estatal da concepção de Hobbes ou da espécie biológica do estatismo de Bluntschli.

Por anologia, confundiu-se democracia com a igualdade de direitos de todos os homens, a fraternidade entre si e a liberdade de expansão individual até aos limites da liberdade alheia. Sob êsse ponto de vista, nada temos a opôr-lhe, bastando acrescentar-lhe o indispensável adjectivo que a distingue da concepção materialista ou agnóstica. E diremos: *democracia cristã.*

* * *

A democracia cristã é uma democracia de *conseqüências;* é um efeito, jamais uma causa. A sua fonte, neste caso, não pode ser a massa bruta e incapaz de discernimento, a vontade da multidão inconstante (12) conduzida ao sabor dos audaciosos. A sua fonte são os princípios, a doutrina, as regras originárias de uma concepção de vida.

É dêsses princípios, dessa doutrina, dessas regras que decorre o conceito da democracia cristã. Se não a considerarmos como tal, isto é, como resultado de uma consciência religiosa,

teremos de tomá-la como causa de si mesma, causa e efeito ao mesmo tempo, e torná-la-emos o instrumento do evolucionismo materialista, ou da revolução também materialista do sindicalismo soreleano, ou do néo-marxismo, ou do nacionalismo totalitário (13).

Tomada como causa e efeito, a democracia é sinónimo de tirania: a violência do maior contra o menor número, mesmo quando a verdade e a justiça estejam com a minoria (14).

XIII
Origem democrática das ditaduras

Ninguém pode afirmar que uma verdade deixa de ser verdade por ter menor número de adeptos. Quando Pasteur apresentou a sua verdade bacteriológica, teve contra si a maioria dos cientistas da França e nem por isso a *sua verdade* deixou de ser *a verdade.* A maioria do Sinedrio condenou a Jesus contra poucos votos favoráveis e pelo facto de ser a sentença aprovada pela maioria não deixa de ser injusta. Se realizarmos um plebiscito pedindo o pronunciamento da *vontade geral* sôbre o quadrado da hipotenusa, êste não deixará de ser a soma do quadrado dos catetos, ainda que um só homem, um geómetra, fique sózinho contra todo o pêso da opinião pública.

A democracia, portanto, considerada como meio da multidão julgar a idoneidade de regimens, constituïções, códigos e leis, não tem autoridade nem filosófica, nem científica, nem técnica. É processo de violência e origem de tiranias (15).

Assim pensaram os próprios conjurados de Roma, que se levantaram para abater César; pois César, que aquêles republicanos-democráticos consideravam a tirania, contava com os votos da massa popular que o amava... César era filho dilecto da democracia, representando as puras tradições populares de Mário. Foi assassinado, entretanto, pelos democráticos, que se esqueceram de que a fonte da fôrça de César provinha da própria democracia. Êles se esqueceram também de que depois de todos os Césares há sempre um inesperado Octávio Augusto, síntese, como César, da soberania do povo, *profiteur* dos acontecimentos e exterminador das últimas liberdades que ainda gosarem os cidadãos.

O uso que os inimigos da democracia tem feito dela contra ela própria é uma das maiores evidências históricas de nossos tempos. Os dois

regimens actualmente conhecidos como anti--democráticos ou totalitários, utilizaram-se da democracia para se implantarem. Um dêles aproveitou-se da agitação parlamentar, da desordem dos partidos e tumultos da rua para desferir o golpe revolucionário técnico. O outro, foi um caso ainda mais eloqüente: valeu-se dos métodos legais, das eleições livres. O Estado Totalitário é um resultado das Democracias; não se compreende como condenar o efeito sem corrigir a causa.

XIV

Salvemos a Democracia pelo Espírito

Sendo a democracia a forma mais sensata do govêrno dos povos, não só pelas garantias que oferece internamente a cada pessoa contra arbitrariedades doutrem ou do próprio Estado, mas também pelas garantias que oferece às nacionalidades de não serem absorvidas por outras mais poderosas, — cumpre corrigir nela o que existe de contrário à sua permanência e vitalidade (16). A correcção deve começar por definir a sua origem doutrinária.

Se a sua origem é materialista-agnóstica, nada há a fazer em sua defesa, porque é regimen suïcida. Se a sua origem é espiritualista, então, trás consigo os elementos da perenidade.

Ou a democracia se proclama abertamente espiritualista e cristã e, nesse caso, pode outorgar

tôdas as liberdades aos cidadãos, menos a de se utilizar dessas liberdades para implantar regimens que contrariem aquêles seus princípios fundamentais, e nem por isso deixará de ser democracia;

ou então se declara agnóstica e, nesse caso, terá de permitir a propaganda de tôdas as idéias e o exercício de tôdas as actividade tendentes às transformações políticas de tôdas as naturezas e feitios.

No momento em que a democracia impeça o exercício activo de qualquer pensamento, (ainda mesmo aquêle que queira suprimi-la) nesse momento deixou de ser democracia segundo o conceito clássico, para se tornar uma democracia de *efeito,* isto é, em função de um pensamento independente e livre do curso da vontade geral.

*
* *

Ora, se a democracia, deixando de ser um *meio* do exercício da vontade livre dos cidadãos, passa a ser o *fim* objectivado por **um pensamento,** cairemos numa das seguintes hipóteses:

1) — Se o pensamento é a própria *democracia em si,* isto significa que é *causa,* é *efeito,* é *meio* e é *fim* de si mesma, conceito puramente idealista e que não me parece em nada diferente do conceito do Estado Totalitário, pois não vejo nenhuma diferença nessas duas atitudes: a de considerar o Estado tendo finalidade em si mesmo, ou a de se considerar a democracia como fim de si própria.

2) — Se o pensamento não é a democracia, mas um regimen qualquer, ou quaisquer regimens com exclusão de um só ou de alguns, nesse caso temos de conceber a democracia como sistema essencialmente anti-democrático de sustentação de determinados tipos de ordem política.

3) — Se o pensamento corresponde a uma concepção cristã, então será o caso único em que, embora estabelecendo restrições, a democracia não deixará de ser democracia, pois o reconhecimento da existência da Alma Imortal e do seu livre-arbitrio realiza a idéia da liberdade humana em tão alto grau que lògicamente

se compreende a interferência dos direitos do Espírito no desenvolvimento dos fenómenos sociais.

* * *

Não há, por conseguinte, outro meio de defesa e sustentação da democracia senão a considerar-mo-la *democracia de efeito,* em função de uma consciência religiosa.

Proclamando, corajosamente, a fé num Deus pessoal, na imortalidade, liberdade e responsabilidade da nossa Alma, e na doutrina ensinada por Jesus Cristo, deduziremos dessas três fontes o conceito de uma democracia indestrutível, porque não trás em si, como um fruto bichado, a antítese de si mesma, que é germen de morte, mas trará o poder da renovação das formas com a conservação da sua essência vital.

XV
Estado, Govêrno e Povo

Cumpre, entretanto, distinguir Estado de Govêrno.

O Estado é a reünião das famílias e pessoas organizadas no sentido de uma ordem interna e de uma afirmação externa. Concretizando deliberações particulares numa expressão geral de assistência, defesa e objectivo comum, presupõe um princípio doutrinário que o antecede, a coïncidência das mesmas concepções do mundo, do homem, da família, da sociedade, sem as quais não seria possível o acôrdo de tôdas as personalidades e grupos naturais.

O Estado, portanto, antes de se consubstanciar como facto social, isto é, como assentimento das vontades, já existia como síntese doutrinária. A fonte mais remota do Estado é, nestas condi-

ções, a própria doutrina que reüniu as consciências, ou em que as consciências se encontraram.

O Estado pode variar de formas políticas, mas não pode, em face do direito natural, em face da finalidade que Deus designou à Creatura Humana, variar de essência. A liberdade de escolha daquelas formas (monarquia, república, parlamentarismo, presidencialismo, autoritarismo, etc.) jamais poderá levar à liberdade de uma concepção estatal que atente contra os verdadeiros fins do Homem, contra os seus legítimos direitos.

O Govêrno é a concretização física e moral do Estado, a personificação da autoridade do Estado, indispensável para coordenar e orientar as actividades individuais no sentido das idéias preestabelecidas ao constituir-se o mesmo Estado. Excepto nas monarquias hereditárias, pode ser escolhido pelos cidadãos ou súbditos, periòdicamente, ou quando excepcionalmente se torne necessário. É a contigência pessoal na permanência jurídica.

Êsse princípio da escolha democrática consagrado na actual Constituïção Portuguesa, vigorou

sempre na História de Portugal, a partir da fundação da Nacionalidade. A instauração da dinastia de Aviz consagrou igual princípio, o qual foi mais tarde sustentado, com grande projecção européia, pelo sapientíssimo mestre espanhol que ensinou em Coimbra, o renascentista Francisco Suarez, cujos argumentos tanto serviram à causa da restauração da independência de Portugal em 1640.

Segundo Suarez, a autoridade representativa do Estado é querida por Deus, uma vez que ela constitue um meio imprescindível da realização dos objectivos da sociedade « natural », estabelecida pela natureza do homem para cumprir os seus próprios fins.

A vontade de Deus, quando não se manifesta directamente — diz Suarez — pode exprimir-se pela comunidade em conjunto. Não se trata de uma outorga dos membros da comunidade à comunidade mesma, como no caso da soberania concebida por J. J. Rousseau (17); é a própria vontade de Deus que se traduz.

Não pode, pois, deixar de constituir uma transgressão da lei divina o desvirtuamento dos fins

do Estado pelo Govêrno (18) que, escolhido e elevado conforme a vontade do Creador, para coordenar, ajudar e dirigir as personalidades e os grupos familiares, locais, profissionais e culturais, no sentido de realizarem seu destino, procede de forma a contrariar o direito natural, as legítimas necessidades e aspirações do sêr humano (19).

XVI
Democracia e finalidade nacional

Democracia, considerada como auto-determinação de indivíduos e de povos, sem prefixação de princípios e de regras de conduta, é regime que atenta contra os direitos humanos, porque desarma o Estado em face de todos os erros e loucuras (20).

As regras das acções só podem ser informadas por um conceito do Universo e do Homem que se aceitou como verdadeiro. Não há senão dois conceitos: o materialismo e o espiritualismo.

Optar pelo materialismo é fazer da democracia o instrumento de realização das ideias defendidas pelo maior número sugestionado e dirigido pelo grupo mais audaz ou mais poderoso; é fazê-la geradora dos regimes de fôrça. Decidir pelo espiritualismo é a única atitude

eficiente de manutenção das formas democráticas verdadeiras; mas esta decisão exige deveres entre os quais o maior de todos é a coragem de dizer com tôdas as letras do alfabeto, tudo aquilo que não permitimos, em hipótese alguma, que se institua, sendo mau, ou se rejeite, sendo bom.

Se pairarmos num espiritualismo de palavras vagas, de fórmulas dúbias, que se satisfaça com essas aspirações gerais indefinidas que servem de bandeira à união dos heterogénios, poderemos, talvez, ter sido hábeis políticos, mas teremos sido, indubitàvelmente, péssimos cristãos.

* * *

A democracia para nós, cristãos, há-de ser, antes de tudo, uma declaração de princípios cristãos. Sem essa declaração de princípios, é impossível para a nossa dignidade deduzir quaisquer normas jurídicas e quaisquer estilos de Govêrno. Temos o direito de exigir que se nos diga para onde vamos. Democracia

de olhos abertos, com itinerário nas mãos, eis a nossa.

A democracia, tal a entendemos, é útil como o envelope que trás dentro uma carta e por fora um endereço; mas se o deitarmos no correio sem endereço, êle não irá para parte alguma; e se tiver sobrescrito não tendo carta, será missiva inútil. Figuremos o sobrescrito como os carácteres peculiares de cada nacionalidade e a carta como os princípios doutrinários imutáveis para todos os povos; a democracia terá sido apenas o veículo de um pensamento na direcção de um destino.

Compararei ainda a democracia pura ou agnóstica, origem e objectivo de si própria, a um indivíduo que diàriamente escreva cartas para si mesmo; mal lhe chega o carteiro a trazer-lhe a missiva que redigiu na véspera, exclama: «vejamos o que quero comigo». Se a êsse homem chamaremos louco, não compreendo como se possa chamar sensato quem raciocine da seguinte forma: «sou adepto da democracia porque é govêrno do povo e prefiro o govêrno

do povo porque sou adepto da democracia, a qual é o próprio do povo ».

E uma vez que estamos no capítulo das imagens pitorescas, dir-vos-ei que a democracia agnóstica, sem definição preestabelecida do conceito do Universo e do Homem, é como um cheque ao portador e em branco; o emitente arrisca a perder tôda a fortuna num só dia. A democracia cristã é, ao contrário, um cheque nominal e com quantia escrita em caligrafia bem legível; o emitente e o beneficiado sentem-se garantidos, o primeiro porque sabe o limite do que está a pagar, e o segundo porque não receia prejuizo se lhe furtarem a carteira.

* * *

Só os loucos e os perversos poderão aceitar uma democracia que não sabe para onde vai, nem o que quer, e que tudo aceita desde que assim decida a insensatez das massas manobradas por agentes externos. Só os em quem se apagou a luz da razão proclamam idoneidade e

justiça em ordens políticas onde a verdade e o êrro gosam da mesma cidadania, que consiste na indefinição e na não consideração de ambos, desde que só vale o arbitrio das multidões volúveis e inconscientes.

XVII
Visões fragmentárias ou deturpadas do Homem

O que não podêmos aceitar nos regimes políticos é tudo aquilo que se baseie em mitos e fantasias, criadoras dêsse politeismo moderno que tem sacrificado maior número de vítimas do que os deuses da antiguidade pagã.

Todo o nosso raciocínio se desenvolve em categorias de realidades, quer espirituais, quer temporais. Vivemos pela Fé e pela Razão e rejeitamos tudo o que se nos apresentar como excesso de intelectualismo, num mundo de irrealidades e delírios. O mundo por nós concebido é um mundo de formas nítidas e linhas bem definidas.

Um dos motivos porque o Cristianismo é sempre moderno reside no facto de não se

submeter aos exageros que se revezam, enterrando uns aos outros como falsos. Há valores eternos imutáveis. São os que exprimem realidades tanto subjectivas como objectivas. É neles que se baseia a doutrina social e política do Cristianismo.

Os tão numerosos èrros do nosso tempo são o resultado de visões obliteradas, deformadas ou hipertrofiadas de verdades evidentes. A mentira não possui faculdade criadora. Sua matéria prima é o *real* apresentado em espelhos concavos, convexos, esfumados ou fragmentados. É a verdade invertida, exagerada, diminuida, enevoada ou incompleta.

Todo o fragmento de verdade é verdade enquanto fragmento, mas é mentira se se quiser impôr como tôda a verdade. Se eu disser, mostrando uma fotografia do Arco de Almedina: « Aqui está o que é Coimbra », mentirei por intermédio de uma verdade, pois Coimbra não é apenas o Arco de Almedina. Assim fizeram, no entanto, com o Homem, os doutrinadores políticos do nosso tempo.

Uns viram no homem apenas a sua realidade económica; é o Homem-Económico de Marx. Outros só viram a realidade política; é o Homem-Cívico das democracias agnósticas. Outros só viram a realidade do prazer sensual; é o Homem-pan-sexualista de Freud. Outros só viram as realidades dos impulsos violentos e dominadores; é o Super-Homem de Niestzche. Outros só viram as realidades de diferenciação do plasma germinativo; e engendraram o Homem-Raça de Gumplowicz, de Ratzenhoffer, de Houston Chamberlain e de Gobineau. Anteriormente, Rousseau e Locke haviam considerado apenas a bondade natural do sêr humano, ao passo que Hobbes considerou sòmente a maldade natural da nossa Espécie (21). Cada um dêsses, como se vê, tomou de verdades parciais e ofereceu-nos como a imagem total do Homem. Nenhum falou da realidade do Espírito, condicionando as realidades físicas ao exercício das funções legítimas tendentes a uma finalidade superior.

XVIII
Os monstros do mundo moderno

Como consequência dessas deturpações do Homem, deturpam-se outras realidades.

O conjunto das criaturas humanas, que é uma realidade evidente, foi contraposto ao indivíduo isolado (outra realidade); e, assim como os individualistas tinham hipertrofiado a Unidade Humana, os colectivistas elevaram ao máximo a Pluralidade, transformando-a num monstro devorador das Pátrias, dos grupos naturais e do próprio indivíduo.

O mesmo se deu com o conceito do Estado. Essa realidade foi tomada, não como instrumento de expressão das Nacionalidades ou como entidade jurídica, mas como sêr vivo, o qual tomou corpo, tornando-se o monstro totalitário devorador da personalidade humana.

Reagindo contra èsse gigante voraz, recorreu-se a uma realidade directamente do Espírito: a Liberdade. Mas, tendo-se considerado a Liberdade apenas em si mesma, sem conteúdo moral e religioso, ela se tornou uma forma de totalitarismo às avessas, atentatória — por mais paradoxal que pareça — dos legítimos direitos de sobrevivência das Pátrias, das Famílias e da própria Personalidade Humana. Ela garante a auto-determinação tanto para o Bem como para o Mal, o que equivale a perverter a realidade do livre-arbítrio intimamente ligada à noção da responsabilidade e das conseqüências do acto deliberativo com as sanções correspondentes aos danos contra terceiros (22).

* * *

Vivemos, pois, hoje, no meio de monstros: o monstro Indivíduo, o monstro Colectividade, o monstro Estado, o monstro Raça, o monstro Liberdade. E, entretanto, ninguém mais do que nós, cristãos, proclamamos a realidade de cada

um dêsses conceitos, tomados nos seus justos limites, e nunca no sentido totalitário em que se expandem.

* * *

Todos êsses fanatismos se baseiam em verdades-relativas apresentadas como verdades--absolutas. Cada qual procura iludir-nos e aliciar-nos para o seu exclusivismo. E cada um, não conseguindo dominar-nos, há-de acusar-nos de adeptos dos outros. Estamos hoje, neste mundo cruel, como o nosso Mestre entre os partidos da Judéia. Fazem-nos preguntas como Lhe fizeram: « Mestre, devemos pagar o imposto a César? » « Mestre, poderás dizer a meu irmão que me pague a herança? »; « Mestre, que devo fazer para salvar-me? »; « Mestre, porque vos sentais à mesa dos publicanos? »; « Mestre, quem sois?... »

Não seja perdida para nós, cristãos, a lição imortal de Jesus, quando passou intransigentemente no meio dos saduceus utilitaristas, dos fariseus formalistas, dos zelotes intitulados patrio-

tas, dos herodianos estatistas, dos publicanos colaboracionistas, dos hilelistas liberais, dos helenistas modernizantes, dos romanos imperialistas, sem firmar com nenhum dêles aquela aliança que talvez tanto agradasse ao oportunismo habilidoso de Judas Iscariotes...

* * *

Nosso papel é proclamar contra os obsecados do *Individualismo* os deveres do Homem para com a Família, a Sociedade e a Pátria. Contra os feiticistas do *Colectivismo* os deveres do Homem para consigo mesmo, no sentido de manter íntegras as expressões da sua personalidade no Espaço (Propriedade e Nação), no Tempo (Família e Tradição), no Espaço-Tempo (liberdade e obrigação de trabalho e direito a salário justo) e, finalmente, na Eternidade (Religião). Contra os fanáticos do *Estatismo,* os deveres do Homem em face da dignidade que lhe conferiu Deus, consubstanciada no princípio da intangibilidade da Pessoa Humana e nas responsabili-

dades decorrentes no livre-arbítrio. Contra os idolatras do *Racismo* a fraternidade dos povos unidos pelo precioso Sangue do Salvador. Contra os desvairados pelo inconsequente *Liberalismo* o respeito à autoridade dos representantes de Deus na hierarquia da Igreja e na ordem temporal. A cada exagêro temos de opôr a justa medida, o sentido de equilibrio que herdámos do Mestre Incomparável.

XIX
Se nos disserem...

Se nos disserem que o Cristianismo tem parentesco íntimo com o socialismo contestemos dizendo que o Cristianismo é espiritualita e o socialismo é materialista e que enquanto Jesus disse «nem só de pão vive o homem», o socialismo proclama que as manifestações chamadas espirituais não passam de super-estruturas cuja base repousa exclusivamente no factor económico.

Se nos disserem que o Cristianismo é colectivista, lembremos que no milagre da multiplicação dos pães, Jesus dividiu a multidão em grupos e determinou que cada qual repartisse o pão com o vizinho mais próximo, o que prova que a Economia cristã não é colectivista, mas grupalista e fundamentada na caridade de uns para com os outros.

Se nos disserem que o Cristianismo confunde-se com a filantropia dos ateus, com o culto da Humanidade dos positivistas e dos comunistas, digamos que a realidade humana só se concretiza no « próximo », palavra de que o Mestre se utilizou por exprimir o único aspecto do « humano » reconhecível pela nossa experiência, ao contrário da palavra Humanidade que, exprimindo uma abstracção, exime dos deveres imediatos da solidariedade.

Se nos disserem que, pelo facto, de sustentar as prerogativas da personalidade humana, o Cristianismo identifica-se com o individualismo, respondamos que não se podem confundir duas doutrinas baseadas uma delas (o Cristianismo) no livre-arbítrio do Espírito e na sua responsabilidade perante Deus, e a outra no determinismo sem normas capazes de estabelecer nítidas responsabilidades e no agnosticismo que faz do homem centro de si mesmo.

Se nos disserem, pelo respeito que votamos às autoridades temporais, que o Cristianismo concorda com o estatismo absorvente, respon-

damos com a frase do Divino Mestre que manda dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, o que não significa nem subordinação do Reino de Deus ao Estado, nem alheiamento dêste pelos supremos interêsses do Reino de Deus, ao qual César também pertence como vassalo.

Se nos disserem que o Cristianismo surgindo no Mediterrâneo e assentando em Roma o centro da hierarquia religiosa e da disciplina espiritual, é uma religião apropriada apenas a povos latinos ou meridionais, repliquemos que nesse caso a matemática, que é uma forma de compreensão do Universo e uma disciplina mental não poderia ser compreendida nem aceita por todos os povos da terra porque também teve a sua origem na antiguidade mediterrânea.

Somos, portanto, inconfundíveis e podêmos dizer como o herói de Ibsen no último acto daquele drama do cumprimento do dever e da incompreensão dos beneficiados (23): « somos fortes porque somos sózinhos ».

Essa atitude assinaladora da nobre intransigência da Verdade no meio dos êrros amáveis e sedutores, como nos aconselhava José de Maistre, torna claro o sentido da nossa democracia cristã.

XX
Unidade da angústia universal

Como vos disse no começo dêstes breves capítulos, o mundo forma hoje uma unidade de angústia.

Todos os problemas se ligam entre si e nenhum poderá ser resolvido isoladamente. São questões dificílimas de natureza económica, financeira, comercial e monetária; são temas relativos à distribuïção de combustíveis; são querelas entre países limítrofes a disputar espaços geográficos; são lutas partidárias internas de tão baixo nível e tão sangrentas como as dos períodos mais degradantes da História; são os choques entre o capital e o trabalho com o esboçar das crises tempestuosas do após-guerra; é a infiltração, nas nacionalidades, de corrosivos agentes internacionais da desordem; é o incerto destino

de populações empobrecidas e regiões arrazadas, o *superavit* de mulheres, a trágica disponibilidade dos velhos e dos mutilados, a situação de milhões de crianças deslocadas do seio das famílias e das Pátrias e desenvolvendo-se em condições psicológicas de desenraizados; e tudo isso se intercruza, se intercomunica, forma a trama universal de um único e supremo problema: o problema ético, o problema do próprio Espírito.

*
* *

Depois de tanto caminhar, de tanto se agitar, de tanto lutar, perdendo-se em unilateralidades, enterrando os pés na areia de um empirismo inconseqüente, eis que os povos chegam ao meio século XX, exaustos e desiludidos, desmoralizados e ensangüentados, reconhecendo que o seu único problema é o problema religioso (24), porque outro nome não tem o da interpretação do mundo e dos seus fenómenos e o da finalidade desta existência tão dura e tão incerta.

XXI
Mensagem de Fé

Instado por vós, para vos vir falar aqui, num momento em que o meu coração prefere, silencioso e recolhido, abrir-se junto Àquêle que é fonte única das consolações nas épocas mais infelizes do género humano, eu entendo que só serei digno do vosso apêlo e confiança dizendo-vos o que mais útil me parece como depoïmento e mensagem às novas gerações, não apenas de Portugal, mas de todo o mundo.

Que vos direi, então?

Dir-vos-ei que, acima dos regimes políticos, existe o Homem e acima do Homem existe Deus.

Dir-vos-ei que eu creio no Homem e no seu destino além da terra.

Apesar de tôdas as suas misérias, creio na grandeza do Homem, porque Deus o achou digno de eterna Aliança e para ela o criou.

Creio que, sòmente por meio dessa Aliança, o Homem encontra salvação nas dôres que o afligem e caminho seguro para a misteriosa Eternidade, que verdadeiramente começa neste mundo.

Creio que tão grande Aliança, que se manifesta na vida particular, na vida social, e na vida política, só se efectiva mediante Aquêle que nos legou a sua Paz, a única Paz possível.

* * *

Ninguém melhor do que Êle — o Salvador, o Mediador — sabe o que eu vos quero dizer, repetindo-vos, por outras palavras, velhos conceitos nascidos das fundas angústias do meu coração.

Só Êle sabe, Amigos, e porque Êle sabe, contento-me com o pouco que exprimi do muito que turbilhona e ferve, em anseios

ardentes e clamantes, no meu inquieto mundo interior.

Pois se o Mestre tudo conhece, e tudo pode, e tudo faz bem feito, há-de falar-vos melhor do que eu, na própria inspiração em que vos há-de arrebatar.

* * *

De mim, dir-Lhe-ei:

— Senhor, que para Rei vieste ao mundo, conforme disseste a Pilatos;

Mestre, que sois o Caminho, o único Caminho;

Amigo, que nos ensinaste os segredos a Ti confiados pelo Pai;

Divina Fonte de Água Viva;

Divina Voz nos silêncios profundos, nos abismos da tristeza e nos píncaros da Fôrça e da Alegria:

fala, fala ao íntimo d'alma das novas gerações portuguesas!

Pois estas gerações representam, com a juventude da minha Pátria, o futuro do Mundo

Lusíada, o penhor da continuidade histórica daquela Fé, que serviu de alicerce à fundação da Monarquia, e sem a qual nenhum regime político e nenhuma ordem, nacional ou internacional, serão capazes de oferecer aos povos a segurança da liberdade e da paz!

Notas

(1) S. Marcos, Cap. VIII, vs. 36.

(2) « A imortalidade da alma, dizia, no século XVII, o grande Pascal, é uma coisa que nos importa tanto e que nos toca tão profundamente, que é preciso ter perdido todo o senso para estar alguém na indiferença de saber o que vai sôbre isso ». E, falando da alternativa que deve concluir a existência neste mundo e lhe dá seu verdadeiro alcance: « Façamos de valentes tanto quanto quisermos », acrescentava, « porém êsse é o fim que aguarda a mais bela vida na terra ».

E o próprio Bucarine, o grande teórico do bolchevismo, autor do « A. B. C. do Comunismo », dizia desesperadamente a um amigo expulso da U. R. S. S.: « Recomenda aos outros, aí na Europa, que trabalhem por achar-nos a imortalidade! Porque, se temos de morrer um dia, tudo o que fazemos não tem sentido! Nem a revolução, nem o comunismo, já que teremos de abandonar tudo isso! » — *(H. Du Passage, em « Ensaio de Suma Católica contra os Sem Deus », dirigida pelo Padre Lacroix).*

Como se vê, o materialismo não pode ser revolucionário, porque a sua última conclusão terá de ser a inutili-

dade da revolução, que é um acto puramente do espírito, considerada como revisão ou mudança da ordem social, a despeito do determinismo a que se subordinam os « factos históricos » como concretização sensível das idéias. Mais lógico, pois, do que Karl Marx, que prèga a intervenção revolucionária no fenómeno da evolução do « capital », parece-nos Stein, cujo socialismo é uma adaptação do ideal saint-simonista à mecânica do evolucionismo spencereano. O materialismo, em última análise, só pode ter uma base moral no egoismo, ou seja a expansão biológica do indivíduo levada ao máximo.

(3) Spencer, na sua « Moral Evolucionista », repelindo o conceito do Bem e do Mal decorrente da Vontade de Deus transmitida pela revelação, procura uma base científica para orientar as regras das acções humanas, dentro do quadro da evolução das espécies. Negando valor à consciência esclarecida pela Religião, rejeita também todos os princípios de carácter imutável, ou mais ou menos fixos, dependentes de qualquer autoridade, como no caso da moral do Estado proposta por Hobbes. « A conexão entre os actos e os efeitos » — diz êle — « é independente de tôda a autoridade, seja qual fôr, teológica ou política ». Para Spencer, os que mais se aproximaram da verdade científica foram os utilitaristas, mas êstes mesmos constituem « uma forma de transição que é preciso superar para chegar ao utilitarismo racional ». Segundo a moral evolucionista, « os actos são bons ou maus segundo a soma de seus efeitos aumenta a felicidade dos homens, ou a sua miséria ». O ponto de partida, pois, é o mesmo de Bentham e de Mill. É também o de Nietzsche, assim como dos anarquistas e socialistas.

A dificuldade está em definir com precisão o que seja a felicidade. Posta de lado a alma, não restam, como medida e interpretação da felicidade, outra cousa senão os sentidos.

(4) *S. João, Cap. 8, vs. 34.*

(5) Augusto dos Anjos faleceu em 1914, com trinta anos, tendo publicado aos 17 sua primeira poesia intitulada « Monólogo de uma sombra », que assim começa:

> « *Sou uma sombra! Venho de outras éras,*
> *do cosmopolitismo das monéras...*
> *Polipo de reconditas reintrancias,*
> *larva do cáos telurico, procedo*
> *da escuridão do cosmico segredo,*
> *da substancia de todas as substâncias!* »

Sente-se bem aí a influência do monismo panteista, que ao tempo dominava a intelectualidade do norte do Brasil, enquanto ao sul Spencer exercia seu poder sôbre os juristas e Comte sôbre os militares, que foram os fundadores da República. Como pequena amostra da poesia de Augusto dos Anjos (que, de certa forma, é uma variante da chamada poesia científica dos fins do século XIX), reproduzimos aqui o soneto « Lamento das coisas » em que o poeta diz:

> « *Triste, a escutar, pancada por pancada,*
> *a sucessividade dos segundos,*
> *ouço, em sons subterraneos, do orbe oriundos,*
> *o chôro da Energia abandonada!*

É a dôr da força desaproveitada,
o cantochão dos dinamos profundos,
que podendo mover milhões de mundos,
jazem ainda na estatica do Nada!

É o soluço da forma ainda imprecisa...
Da transcendência que se não realiza...
Da luz que não chegou a ser lampejo...

E é, em suma, o sub-consciente ai formidando
da Natureza que parou, chorando,
no rudimentarismo do Desejo! »

Essa poesia onde é tão vivo o sentido da dor, não sòmente na alma humana, mas — como se vê — no próprio mundo das energias cósmicas, parece uma resposta materialista do *pessimismo* ao *optimismo* materialista que se reflete em Graça Aranha, e que fora anteriormente saûdado por Euclides da Cunha no prefácio aos « Poemas e canções » de Vicente de Carvalho, prefácio tão em contradição com a própria poesia do grande autor de « Os sertões », o qual, como poeta, apresenta os mesmos caracteres que êle condena em Malarmé, em Verlaine e principalmente no velho satanismo de Baudelaire. Nestes, Euclides da Cunha vê « os fracos irritáveis, reconhecendo-se inaptos para entenderem a vida numa quadra em que o progresso das ciências naturais interpretadas pelo evolucionismo reage sôbre tudo e tudo transfigura, desde a ordem política, onde se instaura o predomínio dos povos mais activos, glorificados na inspiração prodigiosa de Rudyard Kipling, até à filosofia moral, onde se alevanta a aristocracia definitiva do homem forte,

lobrigado pela visão estonteante do génio de Frederico Niestzche ».

Aos anseios da poesia do fim do século, chama Euclides « a última tentativa da retrógrada explicação deista do universo », « queixas de almas doentes da nostalgia do sobrenatural ». A sua confiança na ciência é absoluta: para êle « os céus são mais azuis depois das induções de Tyndall, a terra mais vivaz depois das generalizações de Lyell, evolvendo e transfigurando-se como um maravilhoso organismo ». Combate « o êxtasis, ou a genuflexão admirativa » proclamando a beleza da solidariedade do homem com a natureza, submetido à « unidade do universo ».

A tôda esta euforia manifestada em 1908, por um homem de 42 anos, que essa era a idade do máximo prosador brasileiro, parecia responder a poesia dêsse rapaz que, àquela altura, contava apenas 24 anos e não encontrava no ideal científico nada que lhe substituísse a alegria perdida com o desfalecimento da sua crença religiosa. Amigo do grande filósofo Farias Brito, Augusto dos Anjos dedicou-lhe um dos mais angustiosos sonetos, em que faz com amarga ironia, a Natureza monologar dizendo:

> *« Pois é possivel que eu, causa do mundo,*
> *quanto mais em mim mesma me aprofundo,*
> *menos interiormente me conheça?! »*

Na verdade, a vida espiritual brasileira no comêço dêste século (a qual ainda não foi estudada e descrita, nem ao menos num breve relato expressivo) é o que de mais interessante poderíamos, os da minha Pátria, revelar aos portugueses, para que melhor nos conhecessem

através do que se manifesta de mais sério, mais grave, mais nobre nas nacionalidades: a sua alma.

(6) « A relação que existe entre a antiga astronomia e a astronomia moderna é análoga à que existe também, segundo creio, entre a moral do útil e a ciência moral pròpriamente dita. A objecção que faço ao utilitarismo corrente é que êle não reconhece a forma desenvolvida da moral: êle não se apercebe de que não ultrapassou *ainda* o período primitivo da ciência moral ». — *Spencer*, « *A moral evolucionista* ».

Estas palavras mostram claramente como o evolucionismo tem íntima conexão com o utilitarismo, ao qual Spencer pretende dar base científica, acrescentando: « ... a utilidade deve ser determinada ùnicamente pela observação dos resultados... » e « ... não é possível conhecer por dedução de princípios fundamentais, qual a conduta que deve ser nociva e qual a que deve ser vantajosa ».

Em suma, Spencer, aceitando as vantagens do utilitarismo, julga que êste anda às cegas, pois rejeitando a moral baseada em Deus, cai no convencionalismo estatista de Hobbes. Procura, pois, na ciência, o fundamento das leis morais, e como a ciência está sempre a fazer revisão de suas hipóteses, não nos parece que Spencer possa, êle mesmo, ser guia de cegos...

(7) Veja-se a incoerência e ao mesmo tempo a dissimulação destas irritadas palavras do fundador do evolucionismo, no prefácio da obra acima citada:

« Agora, que um herético não pode mais ser constrangido pela fôrça a professar a fé ordinária, faz-se o que se pode para que a sua fé pareça a mais afastada possí-

vel da fé comum. Separa-se êle do dogma teológico estabelecido? Chamá-lo-ão de ateu, seja qual fôr aos seus olhos a impropriedade do têrmo. Pensa êle que a explicação espiritualista dos fenómenos não tem fundamento? Classificam-no entre os materialistas, ainda que êle repila êsse nome com indignação. Embora pequeníssima seja a diferença entre a moral natural e a sobrenatural, são êstes os meios de exagerar ao ponto de ver um antagonismo fundamental ».

(8) « ... estamos persuadidos, e todos concordam nisso, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que êles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por cousa alguma, as corporações antigas, que eram para êles uma protecção; os princípios e o ensinamento religioso desapareceram das leis e das instituïções públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores deshumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veiu agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito que se tornam o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quási servil à imensa multidão dos proletários ».

(Da célebre Enciclica « Rerum novarum » de S. S. o Papa Leão XIII dada em Roma a 15 de Maio de 1891).

« Como não pode a unidade social basear-se na luta de classes, assim a recta ordem da economia não pode nascer da livre concorrência. Foi com efeito dela, como fonte envenenada, que derivaram para a economia universal todos os erros da ciência económica « individualista »; olvidando ou ignorando que a vida económica é conjuntamente social e moral, julgou-se que a autoridade pública a devia deixar em plena liberdade... »

(Da Enciclica « Quadragesimo anno », de S. S. o Papa Pio XI dada em Roma em 15 de Maio de 1931).

(9) « A Ciência estuda o determinismo dos fenómenos naturais, formulando-o em leis; como é que poderia experimentalmente observar o que está por trás dos fenómenos — a acção invisível de Deus? Ainda as leis conquanto se possam estudar sem acreditar em Deus, não se podem bem explicar sem levar até Êle. Se no universo há uma ordem, há necessàriamente por trás dela uma inteligência. No seu alcance filosófico, o determinismo científico implica a Providência Divina. Descobrir as leis do Universo não é em certo sentido repensar o pensamento do Creador? » — *D. Manuel Gonçalves Cerejeira (Cardial Patriarca de Lisboa), « A Ciência e a Religião », em « A Igreja e o pensamento contemporâneo ».*

(10) Já em 1874, na alocução feita à nobreza romana por ocasião do Natal daquele ano, Pio IX dizia: « A princípio a Revolução nasceu tímida na aparência, obsequiosa e aduladora. Chegou mesmo a mostrar-se hipócrita e a enganar muita gente honrada abusando de sua boa fé e misturando-se com ela até aos pés dos altares ».

Os temores de Pio IX vinham de muito antes, pois na alocução dirigida aos peregrinos franceses, a 16 de junho de 1871, assim se exprimiu: « O que mais receio por vós não são os homens da Comuna, verdadeiros demónios saídos do inferno; o que mais temo é o liberalismo que se diz católico (não decerto os católicos chamados antigamente liberais, pois êstes têm-se por vezes portado condignamente com a Santa Sé) mas sim êsse fatal sistema que bem pode ser que algumas vezes se tenha mostrado generoso em suas acções, mas é cobarde na maior parte, e medita e trabalha sempre para acomodar duas coisas inconciliáveis: A Igreja e a Revolução ». — *(Trechos extraídos de transcrições na obra « Pio IX, sua vida, sua história e seu século », de Villefranche).*

(11) « Uma democracia que se chama a si própria democracia porque é das esquerdas, não basta. Devemos respeitar a palavra democracia, e não usá-la com muita ligeireza ». — *Do discurso de Churchill, em 8 de Dezembro de 1944, na Câmara dos Comuns.*

(12) « Povo e multidão amorfa, ou como se costuma dizer « massa », são dois conceitos diversos. O povo vive e se move com vida própria; a massa é, por si mesma, inerte e não pode receber movimento senão de fora. O povo vive a plenitude da vida dos homens que o compõem, cada um dos quais, em seu próprio pôsto e à sua maneira, é pessoa consciente de suas próprias responsabilidades e suas convicções; a massa, ao contrário, espera o impulso de fora, joguete fácil nas mãos de quem quer que explore seus instintos e impressões, dis-

posta a seguir cada dia uma bandeira: hoje esta, àmanhã aquela ».

(Da Radiomensagem de S. S. o Papa Pio XII, transmitida ao mundo no Natal de 1944 — trad. de « Ecclesia » de 6 de Janeiro de 1945).

(13) « ... Os tronos sustentados ùnicamente pelo que hoje denominam « massas », isto é, por um conjunto de homens virulentos e volúveis, sob a direcção de outros que vivem mergulhados na incredulidade e nos sentimentos de aversão contra Deus e contra a Igreja, são mal fundados e mal sustentados, em razão dêsse apoio ser frágil, incerto e inconstante... »

(Alocução de S. S. o Papa Pio IX à nobreza romana, em 1 de Janeiro de 1873, ext. de Villefranche, ob. cit.).

(14) « Em mãos ambiciosas de um só ou de muitos agrupados artificialmente por tendências egoistas, pode o mesmo Estado, com o apoio da massa reduzida a não ser mais do que uma simples máquina, impôr seu arbítrio à parte melhor do verdadeiro povo ».

(Radiomensagem de S. Santidade o Papa Pio XII, transmitida ao mundo no Natal de 1944, trad. de «Ecclesia»).

(15) « Entregar a decisão de questões gravíssimas às multidões naturalmente ignorantes e apaixonadas, não é entregá-las ao acaso e correr voluntàriamente para o abismo? Sim, o sufrágio universal mereceria, neste caso, mais o nome de loucura; e quando as sociedades secretas, como sucede muitíssimas vezes, é que decidem, pode chamar-se-lhe mentira universal ».

(Alocução de S. S. o Papa Pio IX aos peregrinos franceses, em 5 de Maio de 1874 — Ext. de Villefranche, ob. cit.).

(16) « A Igreja, à imitação de Cristo, atravessou os séculos fazendo o bem a todos. Não haveria nem socialismo, nem comunismo, se os chefes dos povos não tivessem desdenhado seus ensinamentos e suas maternais advertências. Mas êles quiseram elevar, sôbre as bases do liberalismo e do laicismo, outras construções sociais, que no começo pareciam poderosas e grandiosas; viu-se bem depressa que elas não tinham fundamento sólido: elas desabaram miseràvelmente, umas após outras, como deve desabar fatalmente tudo o que não repousa sôbre a única pedra angular que é Jesus Cristo ».

(Encíclica « Divini Redemptoris » de S. S. o Papa Pio XI).

(17) O Padre Lewis Watt S. J., em interessante estudo sôbre o autor da « Defensio Fidei Catholicae », escreve: « Deve observar-se que, segundo Suarez, a autoridade política não é dádiva dos membros da comunidade à comunidade. Inclui poderes que nunca possuíram como indivíduos. Sua fonte direta é Deus mesmo. Esta afirmação, além de outros pontos, basta para diferenciar a teoria de Suarez de outras que têm com ela uma semelhança superficial, como, por exemplo, a de Rousseau. Outra importante diferença entre Suarez e Rousseau reside em suas atitudes quanto à transferência da soberania pela comunidade a uma pessoa determina (física ou moral). Para Rousseau a soberania do povo é inalienável; para Suarez não o é. Êste sustenta que a comunidade, para promoção do bem estar geral, pode organizar qualquer forma de govêrno adequada a êsse propósito. Pode (explícita ou tàcitamente) transferir sua soberania

a um monarca, ou investi-la em um grupo; se assim o faz, origina-se uma obrigação contratual entre o soberano e a comunidade, estando o primeiro a governar tendo em conta o interêsse de seus súbditos e estando aquela obrigada a obedecer ao governante dentro dos limites de sua autoridade ». — *Extr. de « Grandes Católicos » de Claude Williamson.*

(18) « Tôda a dificuldade tem sido separar as *cousas que são de César* das *cousas que pertencem a Deus.* Essa dificuldade origina-se do orgulho humano e do facto de César esquecer-se, freqüentemente, da fonte do seu poder e da finalidade do seu govêrno.

« César é uma expressão do Homem governando os homens. É, pois, uma conseqüência da faculdade deliberativa do Homem; essa faculdade veiu de Deus.

« Foi êsse poder de optar e, até certo ponto, de criar, que engendrou o Estado, como poderia ter engendrado outra síntese de direitos e deveres, de regras de acção individuais e colectivas.

« Deus criou o Homem e deu-lhe liberdade; o Homem organizou o Estado para tornar garantido *o cumprimento do dever de ser livre* contra os crimes dos que se afastam de Deus, atentando contra a liberdade de outrém.

« O Estado exprime-se em César: o Homem em função da liberdade humana.

« São as leis de César que garantem a paz material do mundo, como são as leis de Cristo que asseguram a paz das consciências, o reino de Deus ».

(« Vida de Jesus », do autor, Capitulo LXIV, *Cristo e César).*

« O reino de Cristo não é, pelo facto de não ser dêste mundo, um reino de mortos. O homem pertence ao reino de Cristo, desde já, mesmo que haja de submeter-se ao reino de César. Porque Deus é « Deus de vivos e não de defuntos ».

« Os súbditos de César têm, pois, deveres para com o outro rei, o que quere governar, desde agora, e por tôda a Eternidade.

« Quando César compreende isto, em vez de se enfraquecer, se fortalece. Adquire o senso das harmonias perfeitas e será governante de homens dignos, que dignamente reconhecem o poder de César.

« Se, pois, César não compreende as palavras de Cristo e interfere no mundo moral, legislando no sentido de contrariar o reino de Deus, a sua fôrça repousará no pavor alheio e será uma fôrça indigna, síntese de tôdas as indignidades aterrorizadas ».

(« Vida de Jesus », do autor, no mesmo capítulo).

(19) « Por isso, os príncipes e governantes que receberam o poder de Deus para que com seus actos contribuam, dentro dos limites de sua própria autoridade, no sentido de secundar os desígnios da Divina Providência, da qual são colaboradores, é evidente que não devem jamais perder de vista o fim supremo assinalado aos homens para procurar o bem estar temporal dos cidadãos; e não só não devem fazer nem ordenar cousa alguma que possa redundar em detrimento das leis da justiça e caridade cristãs, como também lhes é imposta a obrigação de facilitar aos súbditos os meios de conhecer e conseguir os bens imperecíveis ». — *Da Encíclica « Ad salutem humani generis », de S. S. o Papa Pio XI,*

pela celebração do XV Centenário de Santo Agostinho, em 1930. Extr. do opúsculo editado pela Imprensa do Real Mosteiro do Escurial.

(20) « A fraqueza dos regimes liberais para esta grande batalha está essencialmente em que, por imposição de sua própria doutrina, — porque também êles a têm — se vêem forçados em muitas circunstâncias a parecer que a não possuem. Sempre para se sustentar têm de se contradizer ». — *Oliveira Salazar, « Discursos », vol. II, 3.º discurso.*

(21) « O homem é um todo indivisível de extrema complexidade. É impossível ter uma concepção simples do que êle seja, nem há método capaz de o apreender simultâneamente no seu conjunto, nas suas partes e nas suas relações com o mundo exterior. No seu estudo têm de ser utilizadas as técnicas mais variadas e diversas ciências. Cada uma destas ciências leva a uma concepção diferente de seu comum objecto. Dêle, cada uma não abstrai senão o que a natureza da sua técnica lhe permite atingir. E a soma de tôdas estas abstrações é menos rica do que o facto concreto. Fica um resíduo demasiado importante para poder ser desdenhado. Porque a anatomia, a química, a fisiologia, a psicologia, a pedagogia, a história, a sociologia, a economia política e todos os seus ramos, não exgotam o assunto. O homem que os especialistas conhecem não é, pois, o homem concreto, o homem real, mas tão sòmente um esquema, por sua vez composto de outros esquemas construídos pelas técnicas de cada ciência ». — *Alexis Carrel, « L'homme, cet inconnu ».*

(22) Se, na defesa da « personalidade humana », devemos exigir que o Estado nunca ultrapasse os limites que lhe são próprios, como aceitar que qualquer dos súbditos, ou grupos de súbditos, ultrapassem os limites de sua liberdade, atentando contra os legítimos direitos da personalidade dos outros súbditos? Como admitir no membro, ou membros da comunidade nacional, aquilo que negamos à autoridade do Estado representativa da comunidade? Se exigimos, em face do Estado, a liberdade de consciência, como afirmação da personalidade humana, como permitimos que indivíduos ou facções induzam em êrro as massas inconscientes, utilizando-se delas para fins políticos que redundam em opressão àquela liberdade e àquela personalidade? Como permitir, sem uma prévia preparação cultural, indispensável à capacidade crítica e ao exercício do livre-arbítrio, que alguém seja iludido por mentirosas promessas? Entre estas estão as doutrinas totalitárias, seja do socialismo nacionalista ou racista, seja do comunismo imperialista, seja do próprio liberalismo levado à extrema conseqüência da negação de si mesmo. Do comunismo, por exemplo, diz o Santo Padre Pio XI, na sua Encíclica « Divini Redemptoris » que êle « despoja o homem da sua liberdade, princípio da conduta moral, rouba da pessoa humana tudo o que constitue sua dignidade, tudo o que se opõe moralmente ao assalto dos instintos cegos ». Permitir, pois, que em nome da liberdade, se formem partidos com tais doutrinas atentatórias da própria liberdade, e se exerça aliciamento das turbas desavisadas em favor de semelhante regime de opressão, é um dos maiores contrasensos dos tempos modernos e admira como homens com alguma parcela de bom senso possam aceitá-lo.

(23) « O Doutor Stockmann: Sim, não temo dizê-la, esta grande palavra: sou hoje um dos homens mais fortes que há no mundo. — Martim: Ah! — O Doutor Stockmann *(baixando a voz)*: Chut! É preciso, por enquanto, não dizer nada a ninguém, mas eu fiz uma grande descoberta. — Madame Stockmann: Ainda uma? — O Doutor Stockmann: Sim! Sim! *(Êle os reúne todos em torno de si e diz num tom de confidência)*: Escutai o que eu vos vou dizer: o homem mais forte do mundo é aquele que está mais sòzinho! — Madame Stockmann (sorrindo com um vinco afectuoso na testa): Meu caro Tomaz!... — Petra (apertando-lhe a mão num gesto de confiança): Pai! »

Esta última cena da peça « O inimigo do povo », de Ibsen, faz-nos pensar, na hora presente, na posição da Igreja Católica e de seu grande Chefe. A nossa atitude de bons católicos não pode ser outra senão a de filhos cheios de ardor e de absoluta confiança, entregando-nos sem receio à diretriz de nosso Pai Comum.

(24) Em abôno destas palavras pronunciadas em 8 de dezembro de 1944, transcrevemos do artigo de fundo do grande jornal londrino, o *Times*, em seu número de 23 de dezembro do mesmo ano, o seguinte trecho:

« A despeito das necessidades materiais que constituem tantos assuntos a serem tratados pela política, a real necessidade do nosso mundo é espiritual. Os espíritos não conturbados pela apreciação dos sintomas, conhecem a verdadeira causa da enfermidade dos dias de hoje. O homem perdeu a noção da sua própria natureza e do fim para que foi criado. Foi iludido com parciais esplanações sôbre a sua pessoa e prometeram-lhe a salvação se se contentar em viver e comportar-se apenas

como um animal político, um produto da natureza, a personificação da razão, uma unidade económica, uma espécie biológica, ou mesmo um tipo ideológico. Todos ignoram a essencial e fundamental verdade: que êle é uma criatura espiritual, um filho de Deus ».

Se estas considerações tivessem saído no « Osservatore Romano », não faltariam críticos a classificá-las de expressões alheias às realidades práticas do mundo... Mas êlas nos vêem do grande órgão da City, insuspeitíssimo e oportuníssimo nas corajosas advertências e consoladoras reflexões lançadas com tão grave serenidade num mundo convulcionado pelo ódio mas ao mesmo tempo bem mais próximo, por tudo o que sofre, da verdadeira Luz, que sòmente no Cristo resplandece.

Imprimatur.

Conimbricae, 5 Maii 1945.

† Antonius, *Episcopus Conimbricensis.*

Índice